

Artigos de pesquisa

Educação e resistência: práticas educativas do Movimento de Educação de Base (MEB) no contexto do sul da Amazônia paraense (1962-1985)

Education and resistance: educational practices of the Basic Education Movement (MEB) in the context of southern Pará Amazon (1962-1985)

Darlene Araújo Gomes^{1*} , Jocyléia Santana dos Santos² , Azemar dos Santos Soares Júnior³

¹Universidade do Estado do Pará (UEPA), Conceição do Araguaia, PA, Brasil

²Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, TO, Brasil

³Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil

COMO CITAR: GOMES, D. A.; SANTOS, J. S.; SOARES JÚNIOR, A. S. Educação e resistência: práticas educativas do Movimento de Educação de Base (MEB) no contexto do sul da Amazônia paraense (1962-1985). *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 21, e20219, 2026. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v21i00.2021901>

Resumo

Este artigo é recorte de uma tese de doutorado¹, que investiga as práticas educativas do Movimento de Educação de Base (MEB) na região do Sul do Pará, sob a jurisdição da Diocese de Conceição do Araguaia, entre 1962 e 1985. Analisa avanços, retrocessos e resistências no contexto da Ditadura Militar, destacando o papel do MEB na formação política e social dos trabalhadores rurais. Discute como as experiências das escolas radiofônicas e de grupalização permitiram que homens e mulheres do campo fortalecessem sua capacidade crítica e reivindicassem direitos frente às estruturas de poder do Estado e do latifúndio. A pesquisa, de natureza histórica, utiliza História Oral Temática, documentos históricos e relatos de ex-educadores como fontes para análise do objeto. Fundamenta-se em Certeau, para interpretar práticas cotidianas e táticas empregadas, e em Chartier, para compreender representações culturais. Conclui-se que o MEB atuou como instrumento de resistência e transformação social na Amazônia paraense.

Palavras-chave: Movimento de Educação de Base; Diocese de Conceição do Araguaia; práticas educativas; ditadura militar; sindicalismo rural.

Abstract

This paper is an excerpt from a doctoral thesis that investigates the educational practices of the Movimento de Educação de Base (MEB) in the southern region of Pará, under the jurisdiction of the Diocese of Conceição do Araguaia, between 1962 and 1985. It analyzes the advances, setbacks, and resistances in the context of the military dictatorship, highlighting the role of the MEB in the political and social formation of rural workers. This paper explores how radio schools and collective experiences empowered rural populations to enhance their critical thinking skills and assert their rights in the face of State power structures and large estate owners. This history-based study employs Thematic Oral History, historical documents, and testimonies from former educators as sources for analyzing the subject. It is based on Certeau to interpret everyday practices and tactics and on Chartier to understand cultural representations. It is concluded that the MEB acted as an instrument of resistance and social transformation in the Amazon region of Pará.

Keywords: Movimento de Educação de Base; Diocese of Conceição do Araguaia; educational practices; military dictatorship; rural trade unionism.

***Autor correspondente:**
lenegomes4@gmail.com

Submetido: Maio 07, 2025

Revisado: Fevereiro 19, 2026

Aprovado: Fevereiro 20, 2026

Fonte de financiamento:
nada a declarar.

Conflitos de interesse:
Não há conflitos de interesse.

Aprovação do comitê de ética:
Parecer nº 5.465.476.

Disponibilidade de dados:
Não se aplica.
Trabalho realizado na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, TO, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

¹ Tese de doutorado intitulada *O Movimento de Educação de Base (MEB) no contexto histórico do sul paraense: 1962-1985*, defendida por Darlene Araújo Gomes no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), Associação Plena de Rede – EDUCANORTE, Universidade Federal do Pará (UFPA), Polo Palmas, em 2024.

INTRODUÇÃO

O Movimento de Educação de Base (MEB) originou-se, no início da década de 1960, a partir de um acordo entre o governo federal, sob a presidência de Jânio Quadros, e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), oficializado pelo Decreto nº 50.307, de 21 de março de 1961 (Brasil, 1961). O programa previa a oferta de educação por meio de escolas radiofônicas nas regiões mais vulneráveis do país e possibilitou a expansão, em âmbito nacional, das experiências já desenvolvidas nas dioceses de Natal (RN) e Aracaju (SE), especialmente a iniciada, em 1958, no Serviço de Assistência Rural (SAR), sob a coordenação de D. Eugênio Sales (Wanderley, 1984; Fávero, 2006; Kadt, 2007).

A Igreja foi influenciada pelos novos direcionamentos adotados em Roma, marcados pelas encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), do Papa João XXIII (1961), que propunham respostas concretas para os problemas sociais (Fávero, 2006).

As encíclicas do Papa João XXIII e as diretrizes do Concílio Vaticano II impulsionaram a formação de grupos leigos e uma nova postura do clero, conhecida como “Igreja Popular”, que priorizava a justiça social e a participação comunitária. Esse modelo defendia a atuação política dos leigos nas cerimônias religiosas e decisões diocesanas, conforme Mainwaring (2004).

No Brasil, essa transformação ocorreu em meio à polarização ideológica que antecedeu o Golpe de 1964, período em que a Igreja se dividia entre ações conservadoras e propostas renovadoras voltadas para a participação social dos leigos (Souza, 2006). Nesse contexto, a comunidade rural foi vista como espaço estratégico para transformação social, e as escolas do MEB foram orientadas a seguir as diretrizes da CNBB, promovendo educação e organização popular.

Nos primeiros anos do MEB (1961-1963), houve relativa autonomia dos leigos na condução das atividades, o que gerou conflitos político-ideológicos com a autoridade da Igreja. O contato direto com a população rural, por meio dos estudos da realidade, fortaleceu essa autonomia e incentivou o engajamento político, pastoral e profissional dos envolvidos (Souza, 2006).

Nesse contexto, as escolas radiofônicas foram, por muito tempo, a base estrutural do MEB, sendo vistas como instrumentos de transformação social. Elas operavam em um contexto simbólico, no qual práticas cotidianas e táticas de apropriação favoreciam múltiplas representações sobre o processo educativo (Maciel, 2019). A instalação de uma escola radiofônica exigia um “estudo de realidade” para analisar o contexto cultural, social, político e econômico local, incluindo entrevistas e pesquisa documental. As comunidades eram incentivadas a gerir as escolas e indicar monitores locais (Movimento de Educação de Base, 1961).

A organização seguia diretrizes claras. Supervisores, treinados para funções técnicas e administrativas, coordenavam as atividades. Os monitores, alfabetizados, auxiliavam no controle de alunos e frequência, seguindo instruções transmitidas pelo rádio. As escolas funcionavam em espaços adaptáveis, como salas comunitárias ou residências, equipadas com móveis básicos, quadro-negro, rádio e, se necessário, lâmpadas (Movimento de Educação de Base, 1961).

Apesar das pressões político-financeiras enfrentadas neste período, o MEB atuou como um movimento de resistência, preocupando-se com as injustiças sociais e comprometido com as classes dominadas, sem adotar explicitamente a luta de classes como estratégia. Após o Golpe de 1964, reforçou seu apoio às classes subalternas, mantendo o compromisso cristão com o social e o político. Nesse cenário, a animação popular promoveu conscientização e politização, tornando setores do MEB forças efetivas de resistência (Fávero, 2006).

As concepções educativas do MEB expandiram-se pelo país com base na ideia de um Brasil dividido entre um Sul mais desenvolvido e um Norte socioeconomicamente mais vulnerável (Souza, 2006). Nesse cenário, o Sul do Pará foi marcado pela baixa densidade populacional, pela presença de terras devolutas e pela implementação de políticas federais de desenvolvimento, conforme Pereira (2013). Diante desse quadro, a região tornou-se um espaço de encontro entre a proposta pedagógica emancipatória do Movimento e os projetos de expansão capitalista em curso.

No período pós- 1964, enquanto os sistemas de escolas radiofônicas enfraqueciam em outras regiões do país, no Norte eles se fortaleciam (Kadt, 2007). Suas práticas cotidianas,

marcadas por ações significativas na história do MEB, foram moldadas pelo contexto local, pelos discursos em torno delas e pela atuação dos agentes que as coordenavam, em um processo de influência mútua (Souza, 2006).

O primeiro sistema do MEB na Amazônia paraense foi instalado em Bragança, em 1961, seguido por Conceição do Araguaia (*lôcus* dessa investigação), em 1962 (Wanderley, 1984). A região do sul do Pará foi também denominada pelos agentes do MEB como “Região do Araguaia”, estes tinham como principal objetivo acompanhar as escolas radiofônicas nas comunidades ribeirinhas do rio Araguaia e seus afluentes (Andrade, 1991).

A região conhecida como Araguaia paraense ganhou notoriedade nacional e internacional como uma das mais conflituosas do Brasil, especialmente devido às questões sociais e fundiárias (Pereira, 2004)². A mobilização dos trabalhadores rurais, com apoio de sindicatos, partidos políticos e setores progressistas da Igreja Católica, foi determinante nesse processo. Segundo o pesquisador, essa reputação decorreu mais dos conflitos sociais e da mediação de atores como a Igreja, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e órgãos estatais do que de características geográficas.

Neste contexto, o estudo busca analisar as práticas educativas do MEB e os impactos sociais delas decorrentes, com base em documentos e relatos orais de supervisores, articulando-os aos conceitos de educação emancipadora de Freire (2022), de “lugar praticado” em Certeau (2014) e das representações culturais de Chartier (2002).

MÉTODO

Para interpretar o MEB na Amazônia sul paraense, investigou-se os vestígios de sua cultura educativa, incluindo práticas de alfabetização, atuação dos sindicatos rurais e representações populares. A pesquisa utilizou fontes orais e documentos provenientes de repositórios nacionais, arquivos particulares e cúrias diocesanas. Fundamenta-se na História Cultural, que analisa a construção das realidades sociais (Chartier, 2002), e na História Oral, que capta o passado por meio de testemunhos coletivos, conectando história e identidades (Delgado, 2010).

Com relação à análise documental, o levantamento do estado do conhecimento revelou estudos sobre o tema com análises baseadas em documentos encontrados em sites de universidades, cúrias diocesanas e acervos particulares. Documentos sobre o MEB nacional foram localizados em repositórios como o Centro de Experimentação e Divulgação Científica (CEDIC (PUC/SP), o Centro Memória Viva (UFG/GO), o Memorial Cesar Moraes Leite (SNI) e o Centro de Referência e Memória da Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos (CReMEJA).

A busca por documentos sobre o MEB em Conceição do Araguaia iniciou-se na Diocese local, onde foram encontrados arquivos no Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário. Armazenados em caixas de plástico e de papelão, muitos documentos estavam deteriorados pela umidade e pela ação de traças. Diante de sua relevância, durante a pesquisa, buscamos organizá-los em um arquivo adequado.

Outra etapa ocorreu na Cúria Diocesana de Marabá, onde foram acessados documentos do MEB de Marabá e Conceição do Araguaia, organizados em pastas plásticas com etiquetas datilografadas. Em ambas as dioceses, iniciou-se um processo de organização e classificação cronológica e temática dos materiais, com a identificação dos mais relevantes para a pesquisa. Esse procedimento seguiu a recomendação de Bacellar (2005) sobre os cuidados arquivísticos com fontes históricas.

A pesquisa evidenciou o papel fundamental dos arquivos na prática do historiador, ao possibilitarem a articulação de acontecimentos e a elaboração de narrativas. Nessa perspectiva, Farge (2009, p. 23) afirma que o arquivo constitui um “[...] fragmento do tempo capturado; só mais tarde separam-se os temas, formulam-se as interpretações”.

² Pereira (2004) utiliza a expressão “região do Araguaia” para examinar os conflitos agrários, em consonância com a denominação adotada pelo MEB em Conceição do Araguaia. Conforme o pesquisador, essa área corresponde aos limites da Diocese local e reúne 11 municípios desmembrados do antigo município de Conceição do Araguaia (até 1961), totalizando 52.569,07 km² e 266.098 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000). Entre eles, destacam-se Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Xinguara e Redenção, criados entre 1908 e 1995

Durante a fase “arquivística”, as fontes foram classificadas por categorias temáticas, sem hierarquizá-las, seguindo as orientações de Bacellar (2005), que destaca a importância de analisar o contexto e a subjetividade dos documentos. As fontes orais também foram tratadas como igualmente relevantes.

Destacou-se o papel essencial dos leigos como coordenadores, supervisores e monitores na implementação das ações do MEB. As fontes orais foram fundamentais, revelando múltiplas dimensões (factuais, temporais e espaciais) e registrando as histórias vividas pelos educadores e educadoras, como afirma Delgado (2010). Para este estudo, foram entrevistados três educadores que atuaram como supervisores do MEB no período analisado, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Participantes da pesquisa.

Instrumento / Forma	Participante	Período de Atuação no MEB
Entrevista (Presencial)	João Carlos Ramalho	1962 a 1964 1967 a 1970
Entrevista (Presencial)	Marilza Santos Lopes	1968 a 1989
Entrevista (Via Meet)	Heloísa Schmidt de Andrade	1976 a 1992

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O critério adotado para selecionar como participantes os supervisores do MEB que atuaram no período delimitado pela pesquisa reduziu o grupo a três pessoas. Essa escolha visou garantir que as informações coletadas fossem relevantes e alinhadas ao contexto e ao período estudado. As narrativas refletiram expectativas, percepções e contribuições individuais para a história do MEB e da educação. Como destaca Portelli (1997, p. 31), as fontes orais revelam não apenas os fatos, mas também as intenções, crenças e reflexões dos narradores sobre sua trajetória.

Após aprovação do estudo pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Tocantins (Parecer nº 5.465.476) e a obtenção de autorização por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido, tendo sido gravadas, transcritas e incorporadas ao estudo para historicizar as práticas socioeducativas do MEB no sul do Pará. A abordagem da história oral foi fundamentada em Portelli (1997) e Alberti (2005). Destaca que as fontes orais são processos do presente, exigindo do historiador uma escuta ativa para construir um espaço narrativo.

No sul do Pará, o MEB, ligado à Diocese de Conceição do Araguaia, acompanhava as escolas radiofônicas por toda a região. Pequenas comunidades, antes pertencentes ao município de Conceição do Araguaia, tornaram-se independentes, originando novos municípios ao longo do tempo. Heloisa Andrade (comunicação pessoal), participante da pesquisa, destaca que o MEB é amplamente reconhecido por sua atuação inicial, mas suas práticas educativas, especialmente as desenvolvidas no sul da Amazônia paraense, recebem pouca atenção. A narrativa histórica, ao responder às indagações humanas de cada época, ajuda a refletir sobre o presente. Pasavento (2004) afirma que a história é constantemente reescrita, reinterpretando o passado para elaborar novos projetos para o presente e o futuro.

O MEB DO ARAGUAIA E SUA PRÁTICA EDUCATIVA DE RESISTÊNCIA

A prática educativa do MEB na Diocese de Conceição do Araguaia, desde a sua criação, foi voltada à educação popular, alinhada aos princípios do MEB Nacional e baseada no estudo da realidade e na valorização cultural dos educandos. No entanto, os conflitos agrários no sul do Pará intensificaram a repressão e a vigilância militar sobre o Movimento. Os Dominicanos, responsáveis pela implementação do MEB e criação da Rádio Educadora, desempenharam um importante papel no desenvolvimento educacional e social local. Apesar de conseguirem dialogar com os militares para expandir os sistemas de escolas radiofônicas até o final dos anos

1960, a partir de 1970 passaram a ser vistos como inimigos do regime. Todas as atividades realizadas pelos agentes do MEB passaram a ser consideradas subversivas.

Os militares enfraqueceram as ações do MEB, negando o registro da Rádio Educadora e impactando as escolas radiofônicas. Raposo (1982) aponta que, entre 1961 e 1967, a conscientização e organização popular cresceram com apoio de intelectuais, mas a “política de massas” foi reprimida por ameaçar a ordem dominante. O MEB promoveu a educação popular, desafiando ideologias do Estado e da Igreja.

Apesar da repressão, no final da década de 1960 e nos anos 1970, seus agentes, em Conceição do Araguaia, mantiveram uma postura progressista, envolvendo leigos e parte do clero, mobilizando camponeses e contribuindo para a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Assim, o espaço ocupado pelo MEB na região do Araguaia, entre os anos de 1970 e início da década de 1980, pode ser compreendido na perspectiva de Certeau (2014, p. 184), para quem “o espaço é um lugar praticado”. Em um contexto marcado pela Ditadura Civil-Militar e pela expansão do capitalismo latifundiário, os agentes do MEB, guiados por uma educação popular voltada para os direitos humanos, buscaram entender seu papel e as dimensões político-econômicas e sociais do território que ocupavam.

Segundo Marilza Lopes (comunicação pessoal), nos anos de 1967/68, as comunidades rurais ainda não percebiam plenamente as consequências do Regime Militar, e a Rádio Educadora se destacava como único meio de comunicação entre cidade e campo, trazendo inovações que transformaram o cotidiano. Os monitores desempenhavam um papel central, atuando como professores e animadores, encaminhando demandas das comunidades ao MEB. Fávero (2006) ressalta que a educação proposta pelo MEB visava tanto à construção de conhecimentos individuais quanto à solução de problemas coletivos. Assim, os monitores garantiam o funcionamento das escolas radiofônicas, cuidando de rádios, incentivando a participação dos alunos e promovendo a integração comunitária por meio da Rádio Educadora do Araguaia.

Na primeira fase do MEB no Araguaia, o material didático incluía a cartilha “Viver é Lutar” (1963), que subsidiava as aulas radiofônicas, seguida por “Mutirão” (1965) e, posteriormente, materiais elaborados localmente para alfabetização de jovens e adultos. Segundo Fávero (2006), “Viver é Lutar” denunciava injustiças e explorações, propondo um novo modelo de sociedade, enquanto “Mutirão” oferecia materiais para alfabetização e formação pedagógica. Em 1964, 3.000 exemplares de “Viver é Lutar” foram apreendidos sob acusação de ser uma “cartilha comunista”, e o MEB foi rotulado como “subversivo”. Mesmo sem apoio governamental, o Conselho Diretor Nacional (CDN) decidiu pela continuidade das atividades (Fávero, 2006).

O programa didático “Mutirão” (1965) organizava conteúdos de alfabetização, aritmética, cultura e saúde, com foco no trabalho rural como eixo central das aulas. Contudo, diferentemente de “Viver é Lutar”, não incorporava uma abordagem conscientizadora e transformadora (Fávero, 2006; Kadt, 2007).

De acordo com Marilza Lopes (comunicação pessoal), mesmo após a apreensão de “Viver é Lutar”, o MEB Araguaia continuou a utilizá-la até sua substituição pelo conjunto “Mutirão”. Durante esse período, a repressão aos educadores aumentou, especialmente contra coordenadores e supervisores, vistos como subversivos.

No início dos anos 1970, o sistema radiofônico foi fechado sob alegação de baixo alcance, embora a abordagem problematizadora do MEB incomodasse o poder vigente, os encontros regionais permitiam que seus agentes interpretassem as realidades locais, superando a visão homogênea do MEB nacional sobre as comunidades rurais. Os treinamentos incentivavam debates pedagógicos, promovendo reflexão teórico-metodológica e um posicionamento político nas comunidades. O relato de Lopes (comunicação pessoal) evidencia a resistência dos educadores, refletindo as táticas de sobrevivência e mudança descritas por Certeau (2014).

Nesse período, com o Plano de desenvolvimento da Amazônia, os conflitos entre pequenos agricultores e latifundiários no sul do Pará se intensificaram, enquanto as políticas de colonização do INCRA não atendiam aos trabalhadores rurais (Pereira, 2013). Diante disso,

agentes do MEB apoiaram os colonos e defenderam práticas educativas progressistas, promovendo a regionalização do Movimento para melhor atender às realidades locais.

João Ramalho, supervisor do MEB desde sua criação, relata que o desmembramento da Regional Amazônica ocorreu devido à distância do Rio de Janeiro e às particularidades locais. Durante o encontro, foi realizada a eleição para coordenador, com candidaturas de Roberto Farias Mendes, do MEB Nacional, João Ramalho e um representante de Guajará-Mirim. Eleito, Ramalho transferiu-se para Manaus, onde assumiu a coordenação da nova regional e percorreu os estados amazônicos para acompanhar os sistemas.

Nessa perspectiva, Fávero (1982, p. 5-7) aponta que o MEB buscou regionalizar suas ações no Norte e Nordeste e que, após a reestruturação do Secretariado Nacional em 1967, os bispos assumiram maior controle em 1968, em um contexto de instabilidade política marcado pelo AI-5, redefinindo a atuação do Movimento com foco na alfabetização e na evangelização das classes populares.

Segundo João Ramalho (comunicação pessoal), sua ida a São Paulo representou uma mudança significativa em seu engajamento político, fortalecendo sua atuação como educador do MEB e contribuindo para práticas educativas progressistas na região do Araguaia. Essas práticas passaram a mediar conflitos rurais, articulando cultura, política e representações sociais, especialmente entre 1962 e os anos 1970. Ramalho também relatou ter sido preso pela Polícia Federal em Manaus, acusado de ligação com um grupo armado na Amazônia, e detido por 90 dias em Belém.

O relatório do inquérito de 1971 acusava o MEB em Conceição do Araguaia de desenvolver atividades subversivas no Norte do Brasil, supostamente ligadas à Aliança Nacional Libertadora, com o objetivo de implantar o comunismo e tomar o poder pelas armas. De acordo com o documento, João Ramalho teria intermediado cargos no MEB para outros integrantes, favorecendo um ambiente propício a ações extremistas. O documento também aponta que, no segundo semestre de 1968, Ramalho participou de reuniões consideradas subversivas e, em 1969, teria indicado três indivíduos para o MEB de Conceição do Araguaia. Também foram apreendidas cartas de membros do MEB Nacional, padres e outros indivíduos, classificadas como “esquerdistas” com os quais o supervisor do MEB se correspondia (Brasil, 1971) (Inquérito nº. 2438/82).

O MEB enfrentava forte repressão, atingindo tanto o clero quanto os leigos e aqueles que se relacionavam com seus agentes. A prisão de João Ramalho e outros agentes na região Norte e nas demais regiões do país onde o MEB atuava, revelou ao regime militar o potencial “subversivo” do Movimento, que desafiava a ordem estabelecida e a hegemonia da elite latifundiária, especialmente no sul da Amazônia paraense.

As ações pedagógicas do MEB promoviam a conscientização da população camponesa, estimulando reflexões sobre suas condições de vida e os anseios de transformação diante da privação do direito à terra. Essas práticas educativas, alinhadas ao conceito de “fazer com” descrito por Certeau (2014), buscavam mudanças concretas para os trabalhadores rurais. Sob o governo ditatorial, o MEB enfrentou desafios e perseguições em uma verdadeira “*via crucis*”, resistindo às adversidades conjunturais.

MOBRALIZAÇÃO, SUPLETIVO DINÂMICO, BAIXO ARAGUAIA: PRÁTICAS EDUCATIVAS E A NOVA CARTOGRAFIA

No contexto das transformações territoriais e da intensificação das disputas pela terra no Sul e Sudeste do Pará, é fundamental analisar as dinâmicas específicas da região. Pereira (2013) argumenta que a violência fundiária nesse espaço não se limitou à expulsão de posseiros por empresários e proprietários oriundos do Centro-Sul do país, como indicam algumas interpretações sobre a questão agrária na Amazônia. De acordo com o autor, entre a segunda metade da década de 1970 e meados dos anos 2000, ocorreram confrontos frequentes entre trabalhadores rurais, empresários, comerciantes e proprietários, sobretudo pelo controle de terras recém-reconhecidas, localizadas, em grande parte, ao longo de rodovias abertas naquele período.

A região também foi cenário da Guerrilha do Araguaia (1970–1975), o que intensificou as tensões sociais. Nesse contexto de expropriação da terra e do trabalho no campo, a Igreja Católica desempenhou papel central na defesa dos trabalhadores rurais, atuando por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do MEB e, a partir de 1976, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), conforme destacam Pessôa (2019), Pereira (2013) e Feitosa (2011).

Nesse sentido, a análise do contexto histórico não pode ser dissociada do território onde os acontecimentos se desenrolam. Parafraseando Certeau (2020), a relação entre a história e o lugar é fundamental para compreender a sociedade. Considerar o contexto geográfico e social evita interpretações idealizadas ou irrelevantes. Quando se ignora a singularidade de um território, o discurso se torna ideológico, impedindo a história de refletir sobre a sociedade e os acontecimentos que a marcam.

Assim, entre 1967 e o início da década de 1980, o MEB adotou uma postura mais cautelosa em razão da repressão e da censura do regime militar. Esse período, chamado de “mobralização” do MEB, remete ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado pela ditadura por meio da Lei nº 5.379/1967 (Brasil, 1967), com o objetivo de conter iniciativas educacionais voltadas à conscientização social, como as de Paulo Freire e do próprio MEB. Nesse contexto, o Movimento passou a enfatizar a alfabetização funcional e a escolarização básica, reduzindo sua perspectiva emancipatória (Gomes; Morais, 2021).

No início da década de 1970, o MEB Araguaia vivenciou a chamada fase de “mobralização”, marcada por dificuldades financeiras, em contraste com os recursos destinados ao MOBRAL (Andrade, 1991). Nesse período, conforme relata Heloísa Andrade (comunicação pessoal), em Conceição do Araguaia foram implantados os primeiros Círculos Bíblicos e experiências comunitárias, enquanto a alfabetização de adultos passou a ocorrer por meio de convênio com o programa governamental. Marilza Lopes (comunicação pessoal) também registra aspectos desse momento:

[...] o Mobral a nível nacional chega a região. É como uma forma do Governo “dar sua presença”. Aqui na época a alfabetização no MEB funcionava ainda. Aí chega o Mobral, com uma proposta diferenciada. O prefeito me convida para ir ao Baixo Araguaia, dar um treinamento para implantar o Mobral na região da guerrilha. Chegando lá, vimos como era a situação [...]. Eles convocaram os professores e fizeram a politização deles e eu para ensinar as técnicas da alfabetização. Claro que minha abordagem não era essa, a do Mobral eu nem conhecia. Ao lado tinha a Polícia Federal, o Exército, a PM e os monitores na sala. Então eu falei, né? Os professores todos calados, no mais absoluto silêncio [...]. Estava no período da guerrilha, foi a implantação do Mobral. A gente se relaciona com eles, mas não encapamos a proposta do Mobral, continuamos com nossa proposta.

Marilza Lopes (comunicação pessoal), narra que durante esse período, o MEB redirecionou suas atividades para as áreas urbanas, afastando-se do campo. Mais tarde, no entanto, o supletivo dinâmico foi ampliado para a zona rural, especialmente no Baixo Araguaia. Embora tenha deixado de lado a alfabetização e o trabalho radiofônico, o MEB manteve os princípios fundamentais de sua prática educativa. Lopes também ressalta que, em Conceição do Araguaia, o MEB não passou pelo processo de “mobralização”, diferenciando-se de outras regiões.

Nos anos 1970, o MEB passou a atuar na educação supletiva, realizando exames conforme as diretrizes do Conselho Federal de Educação (CFE) e do Conselho Estadual de Educação (CEE), conforme indicado no “Projeto de Ação Comunitária” (1981-1983). O documento justifica essa mudança considerando a diversidade das comunidades atendidas e a escassez de recursos humanos, que dificultava a formação rural e a qualificação dos monitores. Para enfrentar essas limitações, o projeto propôs cursos supletivos adaptados às necessidades locais, com metodologias flexíveis.

O documento destaca que a suplência tinha como objetivo desenvolver a leitura, a interpretação de textos, o domínio de operações matemáticas básicas e técnicas de grupalização. Os cursos oferecidos incluíam Alfabetização Funcional e Supletivo, equivalentes às quatro primeiras séries do então 1º grau, cuja estrutura é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2. Currículo Supletivo Dinâmico – Suprimento Sistemático.

ÁREAS		DISCIPLINAS
EDUCAÇÃO GERAL	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	- Língua Nacional
		- Língua Portuguesa
	CIÊNCIAS	- Ciências Naturais
		- Programa de Saúde
		- Campanhas de Saúde
	ESTUDOS SOCIAIS	- Matemática
		- Geografia
		- História
		- Educação Moral e Cívica
		- Organização Social e Política Brasileira

Fonte: Projeto de Ação Comunitária em Vista de Desenvolvimento das Atividades Educacionais e Culturais no Meio Rural 1981- 1983. Adaptado pelos autores, 2022.

O documento evidencia que as disciplinas da Educação Geral eram comuns a todos os estudantes, enquanto as da Educação Suplementar eram organizadas conforme as demandas específicas dos grupos, seguindo estrutura curricular próxima à adotada pelas escolas de 1º grau na década de 1970.

Nesse contexto, as disciplinas Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC) integraram a estratégia educacional do regime civil-militar, funcionando como instrumentos de legitimação de seus princípios. Reforçavam a autoridade do Estado e das instituições militares como garantidores da ordem e do progresso, incentivando a submissão aos ideais do regime (Veloso; Torrentes, 2016).

Diante da padronização curricular do MEB nacional, surge a questão: como isso se aplicava na prática? Marilza Lopes (comunicação pessoal) explica que, embora os programas viessem predefinidos, era necessário adaptá-los à realidade local, que era marcada por conflitos intensos. Assim, a prática educativa do MEB buscava atender às condições específicas de cada comunidade, sem ignorar os desafios do contexto.

Nesse sentido, Chartier (2002) ressalta que objetos culturais, como o currículo do MEB, envolvem disputas simbólicas e materiais, sendo reinterpretados no contexto educacional. Maciel (2019) destaca que as representações coletivas e as identidades construídas pelos sujeitos no contexto escolar condicionam a forma como o currículo é apropriado, produzindo efeitos na dinâmica organizacional e nas relações sociais estabelecidas no interior dos grupos. No Sul do Pará, essas disputas refletiam dinâmicas de poder, nas quais, enquanto o MEB nacional estabelecia diretrizes formais, os agentes do Araguaia adaptavam as práticas à realidade local, influenciando a organização social e cultural do ambiente escolar.

As diretrizes curriculares do MEB evidenciam a influência das políticas do Governo Civil-Militar, incorporando valores morais e cívicos e o ideário desenvolvimentista, sobretudo na “Educação Suplementar”. Observa-se, ainda, uma mudança no discurso do MEB nacional após o golpe, com a adoção de termos como “ajustamento psicossocial” e “rudimentos básicos de conhecimento”.

O documento evidencia uma tentativa de regulação das práticas educativas do MEB, visto que, embora mencione a Animação Popular (AnPo) e a conscientização, não explicita a transformação das condições sociais. Desse modo, distancia-se da perspectiva de Freire (2022), para quem a pedagogia do oprimido deve ser construída pelos próprios oprimidos e orientada para a transformação da realidade.

A análise do período exige considerar as tensões entre a Igreja e os diferentes modelos de pastorais, que repercutiram nas práticas educativas do MEB no Sul do Pará. O Padre Ricardo

Rezende Figueira, membro da equipe até meados da década de 1970, sintetiza essas disputas da seguinte forma:

Interessante como perpassa dois modelos e concepções de igreja dentro da mesma prelazia. Enquanto um setor havia se impressionado pelas decisões do Vaticano II e começado a mudar o tipo de ação pastoral já no princípio dos anos 1960, rompe com o regime militar e é perseguido, temos outro que parece ter outra concepção de igreja e pastoral. Até 1977 as irmãs dominicanas têm ótimas relações com a FAB e o Bispo era proibido de utilizar estes aviões. O Regulamento Básico da Floresta, escrito em 1973 por membros da equipe pastoral, fere o ecumenismo e vai até contra a Constituição do país. O resumo do Regulamento proíbe o acesso a estas terras aos “feiticeiros, terecozeiros, crendices e suspeitos (terroristas). São abolidos cabarés”. Não satisfeito, enumera outras 16 condições. Interessante que “suspeitos”, ou “terroristas” para o governo, era o bispo, os padres, os agentes de pastoral...É evidente que nem o povo respeitou tal regulamento, nem o governo construiu estradas ou prestou atendimento para aquela população. (Figueira, 1993, p. 9).

O Pe. Ricardo Rezende relata que as tensões internas vivenciadas no âmbito da prelazia resultaram na transferência de sua sede para o município de Marabá, para onde se deslocou Dom Estevão, enquanto Dom Luís Palha, já em idade avançada, permaneceu em Conceição do Araguaia.

O cenário revela uma divisão ideológica dentro da prelazia. Enquanto os conservadores (representados pelas freiras dominicanas) defendiam as tradições estabelecidas; os progressistas, incluindo padres e leigos, buscavam maior envolvimento com as comunidades, alinhando-se a uma visão pastoral mais ativa, apoiada pelo bispo. O Regulamento da prelazia contrariava os princípios do Concílio Vaticano II, que promovia renovação espiritual e ecumenismo, além de sugerir proximidade com o Governo Civil-Militar, que via parte do clero e dos leigos como subversivos. Assim, além da repressão política, os agentes do MEB enfrentavam resistência dentro da própria Igreja.

Para Chartier (2002), essas representações coletivas envolvem pensamentos, crenças e valores compartilhados dentro de uma sociedade. No caso do MEB, sua atuação em um contexto de repressão política e conflitos internos na Igreja evidencia que essas representações não são apenas ideias comuns, mas construções sociais que refletem condições históricas e culturais específicas, evoluindo conforme o contexto muda. As representações coletivas podem legitimar ou questionar a autoridade, impactando identidades individuais e coletivas. Souza (2006) destaca que a atuação do MEB ia além da educação, revelando conflitos internos da Igreja e disputas sobre seu projeto pastoral.

Para efeito de contextualização histórica, registra-se que, em 1976, a ocupação do Baixo Araguaia se intensificou, em meio a conflitos, repressão e perseguição ao clero e aos leigos, com prisões e torturas. Dom Estevão Avelar (Conceição do Araguaia) e Dom Alano Maria Pena (Marabá) foram interrogados, e a Igreja rompeu com o Estado, após um desgaste crescente desde a Guerrilha do Araguaia, encerrada em 1975. Apesar desse contexto, o MEB continuou suas atividades nas comunidades urbanas e rurais, focando na educação de adultos, mas já sem o método de Paulo Freire, processo consolidado nos anos seguintes (Andrade; Rodrigues, 1993).

Em 1976, em meio às mudanças no contexto político, o MEB de Conceição do Araguaia reorganizou sua atuação, alinhando-se às diretrizes nacionais e priorizando o “Curso Supletivo Dinâmico”, correspondente à 1ª etapa do 1º Grau. Nesse período, em decorrência da postura da Igreja diante dos conflitos agrários, ocorreu o rompimento com a Secretaria Municipal de Educação. Como consequência, o Movimento concentrou-se no ensino supletivo, enquanto a alfabetização de adultos vinculada ao MOBREAL ficou sob responsabilidade do governo municipal (Andrade, 1991).

Nesse período, as escolas radiofônicas perderam espaço, enquanto as atividades presenciais se fortaleceram. Essa “evolução metodológica” foi impulsionada por novos métodos de alfabetização, movimentos de cultura popular e referenciais de educadores estrangeiros, levando o MEB a reformular sua abordagem (Movimento de Educação de Base, 1983, p. 7). Apesar da vigilância constante do Estado, o MEB do Araguaia manteve seu compromisso

com a conscientização, liberdade e emancipação da população rural, ainda que de forma menos explícita do que em seus primeiros anos. Assim, continuou a atuar como um movimento de resistência.

As políticas de ocupação da região e incentivo ao latifúndio impactaram as práticas educativas do MEB. Andrade (1991) destaca que esse período valorizou a realidade local e o conhecimento cultural das comunidades, priorizando a prática sobre a teoria. Assim, os materiais didáticos e diretrizes do MEB nacional foram adaptados às necessidades locais. Em seu Memorial (Andrade, 1991), Andrade descreve em detalhes como essa prática educativa foi desenvolvida (Figura 1).

A proposta do “Treinamento de Programação Didática” (julho de 1976), representada na Figura 1, orientava as ações do Centro de Educação de Base (CEB), guiando educadores e educandos na busca pela “Libertação Integral do Homem” com base no Evangelho.

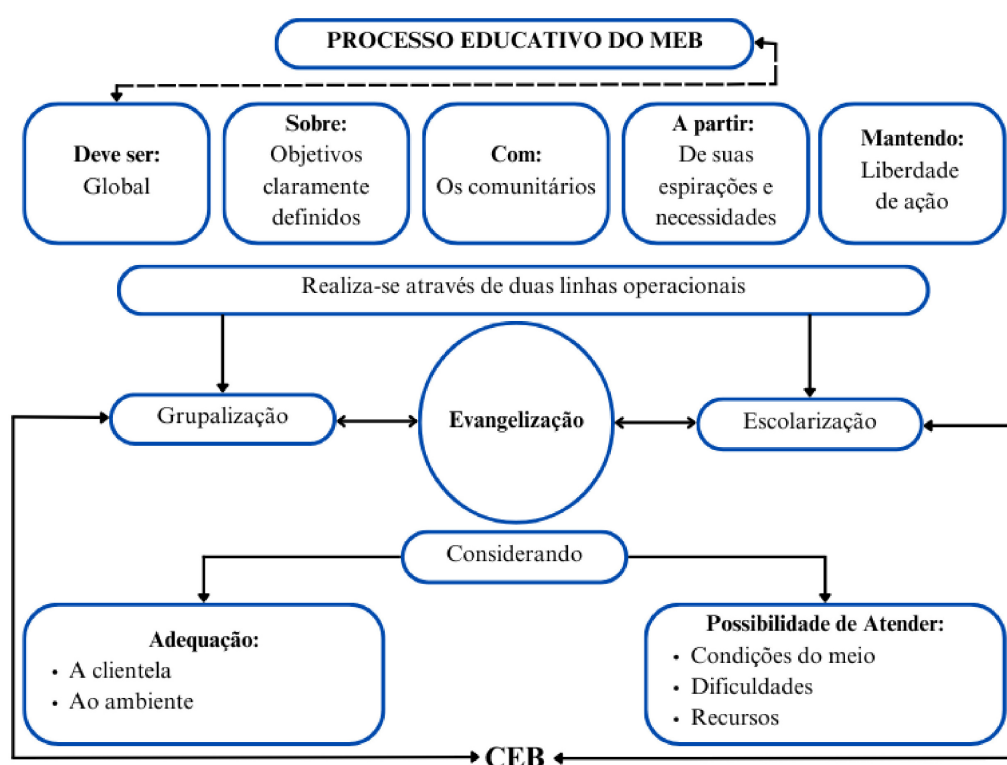


Figura 1. Escolarização das Comunidades Eclesiais de Base.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022), adaptado de Andrade (1991).

Na época, a Prelazia de Conceição do Araguaia abrangia três municípios, com cerca de 100 mil habitantes em uma área de 55.000 km². O MEB, que inicialmente atendia 15 comunidades ribeirinhas, expandiu-se para 45 em 1977 e mais de 60 em 1978 (Andrade, 1991).

Heloisa Andrade (comunicação pessoal) observa que o planejamento frequentemente se confundia com a programação, enquanto a avaliação focava em resultados quantitativos. O modelo adotado tinha um viés desenvolvimentista, com a comunidade como base do processo educativo e os núcleos supletivos como espaços de integração, priorizando escolarização e grupalização. Essa abordagem é evidenciada em documentos como fichas de planejamento didático e relatórios de encontros com monitores, conforme demonstra o Quadro 3.

Quadro 3. MEB - Programação Didática do Curso Supletivo Dinâmico – Sistema de Conceição do Araguaia.

1ª Fase “A”		1ª Fase “B”	
Denominação da Unidade: Divertimento		Denominação da Unidade: Nossas Tradições	
Localização do texto gerador: Página 101 a 119 – Livro “O Camponês” – MEB Caicó/ Natal –RN		Localização do texto gerador: MOBRL – Páginas: B2, B3, B4, B7	
Data: Agosto de 1978		Data: Julho de 1978	
Objetivos	Material didático	Objetivos	Material didático
- Compreender e valorizar a arte popular da região; - Saber aproveitar o divertimento como fator importante na comunidade; - Compreender corretamente o conteúdo do texto; - Reconhecer os artigos definidos e indefinidos; - Saber usar os pronomes pessoais; - Saber representar graficamente e ler as frações; - Saber resolver problemas com a operação subtração; - Saber distinguir as partes do corpo humano e sua formação.	- Livro: O Camponês; - Cartas com representações das frações; - Figura do esqueleto humano; - Quadro e giz	- Definir o que é tradição; - Identificar algumas das nossas tradições; - Distinguir festas religiosas e civis; - Interpretar textos: temas e ideias principais; - Distinguir masculino, feminino, singular e plural; - Listar palavras sinônimas e antônimas; - Relacionar datas importantes do calendário; - Realizar com habilidade exercícios com números fracionários e inteiros, envolvendo as 4 operações; - Demonstrar atitude de respeito às festas populares; - Citar festas religiosas existentes na região.	- Livro texto – Mobral; - Apostila do monitor; - Apostila do aluno; - Calendário cívico e folclórico; - Textos complementares; - Folheto “Círculos bíblicos” CF/78 – CNBB; - Quadro e giz.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022), adaptado de MEB – Conceição do Araguaia, 1978. Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário.

A análise das programações didáticas concentrou-se nos objetivos específicos, revelando uma sutil tensão política e instrumental nos conteúdos, apesar da ausência de referência a autores. Na fase “A”, os objetivos eram mais abertos, incentivando a participação ativa dos educandos e abordando disciplinas como língua portuguesa, matemática, arte e ciências, utilizando o livro “O Camponês”, do MEB de Caicó/Natal (RN). Já na fase “B”, os conteúdos eram mais estruturados e conclusivos, incluindo educação religiosa e cívica, textos do Mobral, apostilas para monitores e alunos, o calendário cívico e materiais dos círculos bíblicos. Essa organização reflete a dinâmica educacional descrita por Heloisa Andrade.

Neste momento (1978), chegamos ao auge da implantação do curso supletivo com total de 65 escolas espalhadas nesta vasta área de 55.000 km². A rapidez com que os núcleos do supletivo se espalharam forçou 6 membros da equipe a se debruçarem na elaboração de um material didático próprio e adaptado à realidade da região para a Fase “B”, pois o único disponível era o utilizado pelo Mobral, do qual discordávamos de seu currículo programático e ideológico. Assim elaboramos o “Araguaia I e II” para a Fase “B”, já que para a fase “A” dispúnhamos do “Camponês”, adotado pelo MEB do Nordeste. (Andrade, 1991, p. 10).

Heloisa Andrade (comunicação pessoal) relata que os documentos do MEB nacional encaminhados às regiões continham normativas ideológicas, enfatizando um caráter prático e utilitário. Já o material didático “Araguaia” foi elaborado de forma mais alinhada à concepção educacional dos agentes locais, refletindo a realidade da região.

Além da presença dos agentes do Movimento na região denominada “Baixo Araguaia³”, é importante lembrar que o MEB também continuava atuando em outras áreas rurais, incluindo povoados ao longo da PA-150, marcados por conflitos agrários violentos e, em conjunto com a recém-criada CPT local, o MEB defendia os trabalhadores rurais e posseiros.

Conforme registra Andrade (1991, p. 8), a Igreja preservou sua atuação social na região, mantendo presença na rádio, no hospital e na escola. Entre 1976 e 1978, atravessou um momento de reorientação pastoral, deixando a prática tradicional voltada à administração de sacramentos para investir no fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

O Baixo Araguaia destacou-se como cenário de intensos conflitos agrários, que ganharam projeção nacional, a exemplo da Guerrilha do Araguaia e do episódio conhecido como conflito de Perdidos. Segundo Pessôa (2013, p. 37), este último ocorreu em outubro de 1976, ocasionando a morte de dois policiais militares e deixando feridos entre agentes de segurança e camponeses. Em seguida, desencadeou-se forte repressão, com a prisão e a tortura de mais de quarenta trabalhadores rurais, sendo o confronto atribuído à atuação de “subversivos” na região.

Para Pereira (2013, p. 77), nesse período, Dom Estevão Avelar e Dom Alano Maria Pena, bispos de Conceição do Araguaia e Marabá, respectivamente, foram interrogados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional por apoiarem os posseiros. A equipe do MEB local registrou esse contexto em correspondência, relatando a situação do Baixo Araguaia, como demonstrado no excerto constante na Figura 2.

Conceição do Araguaia, 12 de Novembro de 1976

Prezado Alair,

há muito tempo estamos querendo escrever, para contar um pouco como andam as coisas neste norte ...

Como já deve saber, os ventos não sopram muito favoráveis na região, como já deve ter visto nos jornais. A situação em S. Geraldo agravou-se. Um padre e um seminarista presos. Área interditada. D. Estevão esteve em Brasília e no momento está em Belém. Nosso trabalho por lá está suspenso.

Agora, as notícias daqui. Ainda não superamos as fases das mudanças na equipe. Pedro pediu demissão, pois não estava dando condições de estudar e trabalhar. Já temos um novo elemento Júlio César.

A caminhada continua ... ainda estamos em fase de reestruturação, desde a última vez que você esteve por aqui. Temos feito todo o esforço no sentido de colocar as coisas no eixo. Mas leva tempo ...

Figura 2. Contexto situacional do MEB – Correspondência 1976.

Fonte: Movimento de Educação de Base (1976). Arquivo da Cúria Diocesana de Marabá.

³ Área em que se situava o distrito de São Geraldo do Araguaia, então vinculado ao município de Conceição do Araguaia.

O documento registra os contatos iniciais com as comunidades e o processo de reorganização do MEB, que voltou a vincular-se à Prelazia de Conceição do Araguaia após o desligamento de Marabá. Nesse movimento, contou com o apoio de Dom Estevão Avelar para a recomposição e integração da equipe.

A coordenação destaca a falta de articulação entre os agentes pastorais, o que também impactava o MEB. Com vistas a promover maior integração, foram realizados dois encontros. O documento menciona tentativas de sistematização e planejamento das ações, bem como as dificuldades enfrentadas nos cursos profissionalizantes em decorrência das crises locais. A Figura 2 ilustra a instabilidade sociopolítica do Baixo Araguaia, as interrupções no trabalho do MEB e a repressão ao clero e aos agentes leigos.

Nesse contexto, o MEB pode ser compreendido à luz das reflexões de Certeau (2014, p. 41-42), para quem as “maneiras de fazer” representam práticas por meio das quais os sujeitos reapropriam e transformam o espaço, atribuindo-lhes novos significados. Assim, mesmo diante das estruturas e ordens impostas, os agentes do MEB encontraram formas de ressignificar sua atuação, mantendo a proposta de conscientização e emancipação da população rural no sul da Amazônia paraense.

Em 1978, foram implantados 25 núcleos supletivos no Baixo Araguaia (Andrade, comunicação pessoal). Nesse período, a equipe teve seus primeiros encontros com os padres franceses Aristides Camio e Alain Michel Le Moal (Pe. Miguel), além da supervisora do MEB, Inês de Freitas, e moradores locais. Segundo Andrade, a recepção foi cautelosa, refletindo a forte repressão enfrentada anteriormente, porém relata que,

a equipe dos padres franceses, junto com a equipe dos leigos do MEB deram o tom mais forte numa pastoral mais libertadora e engajada e a priorização da CPT e tudo mais. Então quando veio o Bispo Dom José Patrick Hanrahan⁴, nos dava muita força, muito apoio, [...] as irmãs pastorinhas eram muito sensíveis também, eram mais do apoio a pastoral, mas eram sensíveis ao trabalho desenvolvido pelo MEB. (Andrade, comunicação pessoal).

A chegada de Dom José Patrick Hanrahan à Diocese de Conceição do Araguaia, em 1979, gerou expectativas em razão da sua postura progressista. Apesar do cenário de repressão e perseguição, manteve-se firme ao lado dos mais pobres (Almeida, 2011, p. 64). O Pe. Aristides Camio (2010), em texto solicitado pelo Pe. Ricardo Rezende, relata que, antes de sua chegada à Diocese, em 1978, a Igreja local já defendia que “a terra deveria ficar com quem nela trabalhava”. Segundo ele, a equipe paroquial não liderava o processo, mas reagia às circunstâncias sem uma compreensão mais ampla do contexto.

Durante o regime militar, a Diocese de Conceição do Araguaia, sob a liderança de Dom Patrick Hanrahan, foi enquadrada pelo governo, como parte integrante do chamado “eixo vermelho”, ao lado das dioceses de Goiás Velho (Dom Thomas Balduino), São Félix do Araguaia (Dom Pedro Casaldáliga) e Marabá (Dom Alano Pena). Dom Patrick Hanrahan, de origem irlandesa, trazia em sua história familiar a memória da luta contra a ocupação inglesa e, ao vivenciar a realidade local, tornou-se um aliado da luta pela terra.

Conforme o Pe. Aristides, o Baixo Araguaia tornou-se destino de migrantes nordestinos devido às políticas governamentais para a Amazônia Legal. No entanto, o desenvolvimento beneficiava latifundiários, bancos e empresas, mais interessados em incentivos fiscais do que no progresso regional. Ao chegarem, os migrantes encontravam terras já apropriadas com documentação precária do ITERPA ou INCRA, sendo classificados como invasores sem amparo legal (Camio, 2010).

Nesse contexto, o MEB no Baixo Araguaia gerou tensões com líderes locais e o governo militar ao abordar temas relevantes para a comunidade, como a organização sindical, conforme ilustrado na Figura 3.

⁴ Segundo Pe. Ricardo Rezende, o bispo da Prelazia de Conceição do Araguaia foi transferido para Uberlândia (MG), assumindo Frei Manoel Borges interinamente. Em 1979, Dom José Patrick Hanrahan foi nomeado bispo e, ao chegar, apoiou famílias despejadas pelo irmão do prefeito (Figueira, 1993, p. 9).

MEB série - a
 São Clemente, 385 Rio-RJ
 SISTEMA Conceição do Araguaia Pa ANEXO 1
 PROGRAMAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO SINDICALISMO Nº da Unidade 04

1 - DENOMINAÇÃO DA UNIDADE SINDICATO: uma opção.	2 - LOCALIZAÇÃO DO TEXTO GERADOR "O SINDICATO E O LAVADOR".
3 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE a. Enfatizar a importância de comunicação como elemento reforçador. b. Ver formas de encaminhar os problemas do homem do campo quanto a saúde, a posse da terra e quanto às questões trabalhistas. c. O papel da comunidade, da Igreja e do sindicato. d. O sindicato como local privilegiado para os problemas de classe.	4 - AVALIAÇÃO DA UNIDADE Os mesmos critérios adotados pela unidade 01.

Figura 3. Programação Didática – Sindicalismo 1978 (Fichas de planejamento didático, MEB – Conceição do Araguaia).

Fonte: Movimento de Educação de Base (1978). Arquivo do Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário/Conceição do Araguaia/PA.

Verifica-se que o MEB desenvolveu ações formativas que tratavam de temas como saúde, acesso à terra, relações de trabalho e organização das comunidades, com ênfase na dimensão política da educação e na conscientização dos trabalhadores. Segundo Souza (2006, p. 227), o Movimento buscava formar lideranças locais e estimular a organização sindical, incluindo a criação de novos sindicatos rurais.

A reflexão sobre Igreja, comunidade e sindicato foi essencial para a criação e fortalecimento dos sindicatos rurais. Andrade (comunicação pessoal) argumenta que “a luta pela terra encampava e tomava o tempo das pessoas [...], não tinha como não problematizar nas aulas, era a vida das pessoas”.

A problematização do MEB no Araguaia levou os educandos a reconhecerem sua opressão e a se envolverem na luta pela terra (Andrade, comunicação pessoal). Para Freire (2022), essa problematização não se limita à educação, mas promove a emancipação, tornando as pessoas agentes de transformação em suas comunidades.

O MEB gerou tensões ao conciliar educação e ação sindical, equilibrando demandas pedagógicas e políticas. Mantendo seus princípios, adotou uma abordagem educativa contextualizada, ajustando a linguagem à realidade local para evitar distanciamento ou imposição de ideias (Fávero, 2006, p. 110).

Diante da repressão do Governo Civil-Militar, os agentes do MEB adotaram estratégias para se manterem alinhados ao MEB nacional, apesar dos conflitos internos na Igreja de Conceição do Araguaia. Para entender essas práticas no meio rural do Sul do Pará nos anos 1970 a 1980, recorreremos a Certeau (2014), que destaca a importância das táticas e estratégias na relação entre indivíduos, espaço e poder:

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. [...] Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. [...]. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. (Certeau, 2014, p. 46).

Certeau (2014) enfatiza que estratégias e táticas se constituem em relações de tensão no cotidiano. Tal dinâmica pode ser observada na região estudada: enquanto o aparato repressivo acionava mecanismos de controle para supervisionar os conteúdos da Rádio Educadora e intervir nas orientações do MEB nacional, articulando-se com setores da Igreja vinculados aos interesses dos latifundiários e das oligarquias locais, os agentes do MEB Araguaia mobilizavam táticas de resistência. Por meio de suas práticas educativas, promoveram a análise crítica da

realidade, incentivando homens e mulheres a refletirem sobre sua posição social e sobre as condições em que viviam.

Na perspectiva de Andrade (comunicação pessoal), a escola foi concebida como um núcleo irradiador de trabalho comunitário, incentivando a formação de diversos grupos (jovens, mulheres, esportes, círculos bíblicos, etc). Nessa linha, Certeau (2014, p. 45) afirma que as táticas permitem transformar eventos em “oportunidades”, utilizando forças externas a favor dos menos poderosos. Assim, as práticas educativas descritas por Andrade, ao promoverem a grupalização, possibilitaram a ressignificação do espaço pela comunidade como táticas de subversão.

Heloisa Andrade (comunicação pessoal) detalha a estrutura do MEB do Araguaia nesse período:

Eu cheguei em 1976, notávamos a ampliação (do MEB) para São Geraldo do Araguaia e para Xinguara. Em 1978, quando os Padres franceses⁵ chegam na região, ficamos muito focados na região rural de Conceição do Araguaia. Também trabalhamos na região de Redenção. São Geraldo foi uma experiência muito significativa nesse período de 1978 e 1980 por causa da presença dos padres franceses. Espalhou-se escolas do curso supletivo dinâmico por todas as comunidades rurais de São Geraldo. A dificuldade de acesso era muito difícil, não tinha estrada naquela época, teria que ser pelo rio Araguaia. Lá ficou um agente do MEB, a Inês, junto com os padres franceses, o que ajudou muito a dar uma implementação dos cursos do Supletivo dinâmico[...]. No início dos anos 1980, a questão da terra foi intensificada. [...]. Uma característica muito forte é que apesar da bifurcação entre o MEB e a CPT, os dois eram muito ligados, sempre teve uma interação muito forte e isso distinguiu o MEB de Conceição e Marabá de outros MEBs em outras regiões.

O relato de Andrade retrata um período de intensas mudanças políticas e econômicas no sul do Pará, evidenciando a complexidade da região e o realinhamento tático do MEB para manter sua atuação e enfrentar os desafios. Destaca a expansão do supletivo dinâmico no Baixo Araguaia, impulsionada pelo apoio dos padres franceses.

A descentralização das atividades e a atuação em diferentes localidades fortaleceram o MEB. Para Heloísa Andrade (comunicação pessoal), a bifurcação entre MEB e CPT não representou uma ruptura, mas uma sistematização do trabalho, sustentada pela articulação entre as equipes. Essa configuração conferiu especificidade ao MEB de Conceição do Araguaia e ao de Marabá, em razão de sua vinculação direta às disputas agrárias da região. As recordações de Andrade dialogam com a perspectiva de Nora (1993, p. 18), que compreende a memória como um elemento que convoca os sujeitos a revisitar suas experiências e a reafirmar seu pertencimento, dimensão constitutiva da identidade.

Segundo Pereira (2013, p. 168-169), as Comissões Pastorais da Terra (CPT) de Marabá e Conceição do Araguaia foram instituídas em 1976 com o objetivo de organizar e articular as ações político-pedagógicas que já vinham sendo realizadas por agentes pastorais e pelo MEB no âmbito das lutas pela terra. Em seus primeiros anos, a CPT funcionou vinculada às iniciativas pastorais, estruturando-se administrativamente de forma autônoma apenas no início da década de 1980. É nesse processo que se situa a bifurcação entre MEB e CPT, mencionada por Heloísa Andrade (comunicação pessoal).

Dessa forma, as práticas cotidianas redefiniram o ensino. Com o supletivo dinâmico, a Rádio Educadora perdeu protagonismo, enquanto as atividades presenciais ampliaram o vínculo com as comunidades rurais. Apesar do foco na evangelização, sua prática educativa manteve abordagens emancipatórias, conforme indicado no excerto avaliativo apresentado a seguir (Figura 4).

A Figura 4 retrata o cotidiano dos trabalhadores rurais no Sul do Pará, evidenciando a falta de atendimento médico, restrição de locomoção e negligência dos agentes públicos frente às denúncias de trabalho escravo e torturas. Posseiros eram despejados sob ameaças, e peões fugitivos escapavam das condições precárias nas fazendas de gado.

⁵ Padres Aristides Camio e Alain Michel Le Moal.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB
 DEPARTAMENTO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA- PARA
 LOCAL DO POSTO: REDENSAO
 MONITOR (A):
 FASE: "B" DATA: 08/12/81
 NOME DO ALUNO (A):
 NOTA: CONCEITO:

AVALIAÇÃO FINAL DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO - 1a. FASE "B"

ESCRavidão

Um dos filhos de Rosa Galvão adoeceu, há duas semanas, e ela não pôde sair da Fazenda Mimosal, a 120 quilômetros de Campo Grande, para levá-lo ao médico. Só lhe restou a alternativa de fugir - e, chegando à capital de Mato Grosso do Sul, foi direto ao prédio do DOPS. As denúncias que fez são impressionantes: o fazendeiro Josias Nogueira Guimarães, 55 anos, submetia as 59 pessoas que trabalhavam em sua propriedade a um regime de escravidão. Em nove meses, nenhum trabalhador recebeu mais de 600 cruzeiros em dinheiro, mas as torturas e golpes de vara e chicotes de couro nunca deixaram de ser abundantes.

Figura 4. Avaliação Final de Comunicação e Expressão – 1981.

Fonte: Movimento de Educação de Base (1981). Arquivo do Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário/ Conceição do Araguaia/PA.

Os agentes do MEB também enfrentavam situações de violência semelhantes, mas desenvolveram práticas educativas de resistência, utilizando textos como forma de denúncia e conscientização. Essa abordagem, segundo Certeau (2014), pode ser vista como uma “bricolagem” pedagógica, adotando táticas de sobrevivência e resistência dentro dos sistemas de poder.

Os relatórios da supervisão do MEB Araguaia (1978-1979) (Movimento de Educação de Base Conceição do Araguaia, s.d) destacam desafios pedagógicos, como longas distâncias para acompanhamento das escolas, falta de preparo dos monitores, desvinculação por diversos motivos e dificuldades na substituição desses profissionais. O período registrou alta evasão escolar, mas também mutirões para construção de escolas, feiras de arte popular e ações comunitárias. Andrade (comunicação pessoal) pondera que apesar das dificuldades, os resultados foram positivos, fortalecendo as comunidades de base e possibilitando o acesso à educação formal pelo supletivo do MEB, com certificação ao final do curso. Nos anos seguintes, o MEB passou por sucessivas mudanças em sua trajetória.

Ao avaliar o trabalho realizado até então, a equipe do MEB concluiu que os Cursos de Supletivo exigiam grande investimento de tempo e recursos, sem resultados proporcionais. Na área urbana, o impacto foi razoável, especialmente entre os jovens, favorecendo a aprendizagem e a integração escolar. No entanto, havia limitações para fortalecer a conscientização e a integração comunitária. No sertão, a evasão era alta, e a alfabetização, conduzida pelo MOBRL despertava maior interesse do que o Curso Supletivo (Andrade, 1993, p. 22).

Nesse contexto, o número de agentes do MEB era insuficiente para atender às demandas da região, enquanto os movimentos populares e sindicais se fortaleciam. Andrade e Rodrigues (1993) ressaltam que a equipe não conseguia cobrir toda a área da Diocese. Diante disso, os agentes do MEB se aproximaram da CPT, unindo esforços, apesar da divisão de áreas, para implementar ações que marcaram a trajetória de ambas as entidades.

A partir de 1979 e ao longo do início dos anos 1980, o MEB de Conceição do Araguaia concentrou sua atuação na assessoria a movimentos de mulheres, sindicatos rurais e organizações emergentes vinculadas à luta pela redemocratização, ampliando suas ações para áreas periféricas das cidades que integravam a Diocese.

Na primeira metade da década de 1980, o MEB em Conceição do Araguaia passou a fortalecer organizações e movimentos populares, como sindicatos rurais, associações de professores, grupos de moradores e movimentos de saúde e de mulheres, oferecendo apoio formativo, materiais contextualizados e articulação das lutas locais, regionais e

nacionais em torno de temas como terra, saúde e educação (Andrade, comunicação pessoal).

Apesar das adversidades impostas pelo regime militar e das restrições financeiras, os agentes do MEB conseguiram adaptar suas metodologias, utilizando materiais didáticos contextualizados e promovendo um ensino voltado para a realidade dos trabalhadores rurais. A inserção do MEB nos conflitos sociais da região, bem como sua interação com movimentos populares e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), reforçou sua dimensão política e emancipadora.

CONCLUSÃO

Neste estudo, ganham centralidade as práticas cotidianas de homens e mulheres que atuaram no trabalho educativo do MEB, compreendidos à luz das reflexões de Certeau (2014). Inseridos em um cenário marcado pela expansão do latifúndio e por projetos de desenvolvimento econômico na região sul da Amazônia paraense, o Movimento consolidou-se como uma entidade de significado social e político, articulando práticas e representações que contribuíram para a construção de sua identidade como espaço de resistência (Chartier, 2002).

Com base na história cultural e nas memórias registradas em fontes documentais e orais, buscou-se problematizar a trajetória do MEB no Araguaia, compreendendo a educação como um instrumento emancipador para homens e mulheres comuns (Certeau, 2014). Considerou-se, ainda, a relevância da preservação e da circulação da memória coletiva do Movimento, conforme Nora (1993), articulando os resultados da pesquisa às discussões do campo de estudo.

A pesquisa demonstrou que o MEB exerceu um papel fundamental na educação popular e na organização das comunidades rurais, especialmente em um período marcado pela repressão da Ditadura Militar e pela intensa disputa por terras na região. As práticas educativas desenvolvidas pelo MEB foram influenciadas por diferentes contextos históricos e políticos. No início, as escolas radiofônicas foram a principal ferramenta pedagógica, proporcionando acesso à educação a populações dispersas em uma região de difícil acesso. Contudo, com o agravamento da repressão política nos anos 1970, o modelo radiofônico foi progressivamente substituído por outras estratégias educativas, como o Supletivo Dinâmico e a educação presencial em comunidades eclesiais de base.

O estudo também destacou a presença de tensões internas dentro da Igreja, refletindo as diferentes concepções de pastoral que coexistiam na Diocese de Conceição do Araguaia. Enquanto alguns setores defendiam uma ação evangelizadora mais conservadora, outros se alinhavam às diretrizes progressistas do Concílio Vaticano II, promovendo uma educação libertadora e voltada para as questões sociais.

As práticas educativas do MEB desempenharam um papel fundamental na democratização do conhecimento e na conscientização dos trabalhadores rurais diante das estruturas de poder do Estado e do domínio econômico do latifúndio entre 1962 e 1985. Essas práticas se manifestaram tanto nas experiências comunitárias de grupalização quanto no assessoramento para a criação do sindicalismo rural, contribuindo para o fortalecimento dos movimentos do campo e configurando-se como um ato de resistência à ordem social vigente.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALMEIDA, M. M. **Revelando o rosto de Deus na terra das bandeiras verdes: centenário da Diocese de Conceição do Araguaia**. Conceição do Araguaia: Diocese de Santíssima Conceição do Araguaia, 2011.
- ANDRADE, H. S. **Uma experiência de educação popular no Araguaia (Memorial)**. Conceição do Araguaia: Acervo Particular, 1991.
- ANDRADE, H. S.; RODRIGUES, S. S. (orgs.). **Avaliação da Diocese de Conceição do Araguaia 1976-1992**. Conceição do Araguaia: ISER, 1993.

ANDRADE, H. S. MEB: síntese histórica e trajetória sinuosa. In: ANDRADE, H. S.; RODRIGUES, S. S. (org.). **Avaliação da Diocese de Conceição do Araguaia 1976-1992**. Conceição do Araguaia, PA: ISER, 1993. p. 18-24.

BACELLAR, C. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BRASIL. Decreto nº 50.307, de 21 de março de 1961. Institui o Movimento de Educação de Base, mediante convênio entre o Governo Federal e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 22 mar. 1961.

BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Institui o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 dez. 1967.

BRASIL. Sistema Nacional de Informações. **Inquérito n. 2438/82**. Brasília: Sistema Nacional de Informações, 1971.

CAMIO, A. **Baixo Araguaia 1978-1985**. Conceição do Araguaia: Acervo Particular de Heloisa Schmidt Andrade, 2010.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

DELGADO, L. A. N. **História oral** – memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FÁVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FÁVERO, O. **MEB** - Movimento de Educação de Base - Memória 1961/71. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1982.

FARGE, A. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FEITOSA, T. C. **Questão agrária, violência e poder público na Amazônia brasileira**: o assassinato do líder sindical João Canuto de Oliveira / Terezinha Cavalcante Feitosa. 2011. 260 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FIGUEIRA, R. R. Notas complementares ao quadro sobre conjuntura social e eclesial da Diocese de Conceição do Araguaia In: ANDRADE, H. S.; RODRIGUES, S. S. (org.). **Avaliação da Diocese de Conceição do Araguaia 1976-1992**. Conceição do Araguaia, PA: ISER, 1993. p. 6-17.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 84. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GOMES, A. L.; MORAIS, F. C. As rádios rurais no processo de conscientização política e no movimento de educação popular. In: GOMES, A.; BAPTISTA, C. (org.). **Mídia, revolução e movimentos populares**: casos do Brasil e de Portugal. Natal, RN: EDUFRRN, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**: primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html>. Acesso em: 16 maio 2021.

PAPA JOÃO XXIII. **Carta Encíclica Mater et Magistra**: sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã. 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em: 20 set. 2021.

KADT, E. **Católicos radicais do Brasil**. Brasília: UNESCO, 2007. 332 p. (Coleção Educação para Todos, 17).

MACIEL, R. A. **Cultura material escolar e as representações de educação no Sistema Radiofônico para os Caboclos “Ingênuos” na Prelazia do Guamá (1957-1980)**. 2019. 353 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MAINWARING, S. **A Igreja Católica e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **MEB**: documentos legais. Apostila 1, série A. Brasília: MEB, 1961. 35 p. Disponível em: https://www4.pucsp.br/cedic/meb/o-meb/arquivos-pdf/1_apostila-documentos-legais.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Projeto de Ação Comunitária em Vista de Desenvolvimento das Atividades Educacionais e Culturais no Meio Rural (1981-1983)**. Brasília: MEB, 1983. (Documento Interno do MEB).

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Correspondências, 1976**. Marabá, PA: Arquivo da Cúria Diocesana de Marabá, 1976.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Avaliação final de comunicação e expressão**. Conceição do Araguaia, PA: MEB, 1981. [Arquivo do Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário].

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Relatórios de supervisão, 1978-1979**. Belo Horizonte: Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas, s.d. [Dominicanos-Brasil].

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Fichas de planejamento didático**. Conceição do Araguaia, PA: MEB, 1978. [Arquivo do Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário].

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PASAVENTO, S. J. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PEREIRA, A. R. **O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista**. 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004.

PEREIRA, A. R. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013. 278 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PESSÔA, F. T. M. **O pensamento radical no movimento camponês: história e memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia-1975/1985**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PESSÔA, F. T. M. **Ao cristão é proibido ter medo: a trajetória da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no sul e sudeste do Pará durante a ditadura militar – 1975 a 1985**. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 25-39, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233>. Acesso em: 20 maio 2021.

RAPÔSO, M. C. B. **Movimento de Educação de Base – MEB** – Discurso e Prática. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1982.

SOUZA, C. M. **Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base**. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VELOSO, S. M. T.; TORRENTES, J. V. Os discursos para a formação do cidadão nos livros de OSPB e Educação Moral e cívica na Ditadura militar. In: ANAIS DO 14º ENCONTRO CIENTÍFICO CULTURAL INTERINSTITUCIONAL, 14., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. Cascavel: Centro FAG, 2016. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/ecci/anais/5b91279dd6c06.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

WANDERLEY, L. E. W. **Educar para transformar: educação popular, Igreja católica, política no Movimento de Educação de Base**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

Contribuições dos autores

DAG: Conceituação, Metodologia, Escrita - rascunho original. JSS: Análise de dados, Supervisão.

ASSJ: Revisão, Edição.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli